



**Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Operacional de Saúde Nível II - TOS
Nível II (Grau A)
Técnico em Segurança no Trabalho**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '57', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Dissertativa****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 40 questões, numeradas de 1 a 40.
 - contém a proposta e espaços para rascunho e transcrição definitiva das três questões dissertativas.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Dissertativa e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma os rascunhos das questões da Prova Dissertativa serão corrigidos.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e responder a Prova Dissertativa (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

1. Na Gestão Pública, diferentemente da Gestão em Empresas Privadas, o gestor deve
 - (A) obedecer rigorosamente a legislação existente quanto aos recursos financeiros previstos anualmente.
 - (B) realizar gastos, independentemente do previsto no planejamento orçamentário, com a justificativa do atendimento à demanda.
 - (C) realizar gastos planejando incluí-los em orçamentos futuros, alegando necessidade premente.
 - (D) contratar empresa de consultoria para auxiliá-lo na gestão, mesmo sem previsão, com a justificativa de implantar redução de custos.
 - (E) oferecer os serviços de sua Instituição Pública a terceiros, cobrando pequeno adicional não previsto, com o objetivo de manter o equilíbrio institucional.

2. A consolidação da democracia no Brasil estabeleceu um novo paradigma, que foi a participação do cidadão na Gestão Pública como seu cliente. A efetivação desta participação depende
 - (A) de mecanismos para atender às necessidades das corporações.
 - (B) de mecanismos para modificar o princípio da Universalização dos serviços públicos, priorizando o atendimento para clientes que proporcionam maior rentabilidade aos serviços.
 - (C) da observação ao Código do Consumidor, considerando os princípios gerais da administração pública: impessoalidade, equidade e universalidade, quando a ela for conveniente.
 - (D) do aprofundamento nos processos de privatizações do setor público, criando situações para melhor aproveitamento das verbas públicas.
 - (E) da criação de ações que efetivem o dever de atender com qualidade todos os cidadãos, independentemente de sua condição social e financeira, criando um canal de comunicação instituição/cliente como, por exemplo, "o papel dos ouvidores" nas instituições.

3. No desempenho de suas atribuições, o servidor público deve seguir a legislação existente no que diz respeito às suas obrigações e à sua conduta. Assim, o servidor público deve
 - (A) se dirigir ao público demonstrando sua autoridade como servidor público.
 - (B) ouvir as necessidades do público ao atendê-lo, procurando sanar a questão do motivo da busca ao serviço.
 - (C) ter um estilo próprio, podendo trajar qualquer tipo de vestimenta para se dirigir ao trabalho.
 - (D) discutir com o cidadão se houver necessidade, usando de entonação alta e incisiva.
 - (E) agir de maneira autônoma, no desempenho de suas funções seguindo normas ou condutas próprias.

4. Uma organização pública, que pretende incorporar uma orientação empreendedora em seu planejamento estratégico, deve priorizar
 - (A) a vinculação entre remuneração individual e produtividade pessoal.
 - (B) o desenvolvimento de ações de controle centralizado nos processos administrativos.
 - (C) o uso da qualificação formal para obter uma avaliação mais subjetiva do desempenho.
 - (D) o alinhamento das expectativas de desempenho individual com os objetivos da organização.
 - (E) a ligação das expectativas de desempenho com objetivos individuais.

5. A padronização de materiais em uma organização é uma forma de normatização e constitui um conjunto de métodos e de condições a serem alcançadas. Um dos objetivos da padronização é
 - (A) permitir a aquisição de pequenos lotes de materiais com preço fixo, independentemente da quantidade comprada.
 - (B) adquirir materiais de diversos fornecedores e com níveis de qualidade variáveis.
 - (C) proporcionar o aumento do número de concorrências e de fornecedores.
 - (D) permitir o aumento do custo de estocagem, possibilitando maior variabilidade no arranjo físico do almoxarifado.
 - (E) diminuir a variedade de materiais de mesma classe, racionalizando o número de itens no estoque.



6. Um ambiente de trabalho organizado permite obter produtividade e criatividade, diminuindo o desperdício. Diante desta afirmação, é correto afirmar que
- (A) cada pessoa tem uma forma de trabalhar: uns são organizados outros não; isso não é o fundamental, e sim o resultado final.
 - (B) móveis padronizados em toda a organização são sinônimos de organização, para uma melhor produtividade.
 - (C) todos os materiais de uso comum em seus lugares e os procedimentos devem ser registrados em manuais ou POPs (procedimentos operacionais padrões) e devidamente controlados.
 - (D) nem todos os materiais de uso comum no trabalho devem ser controlados.
 - (E) não existe nenhum estudo que indique organização do trabalho relacionado com o aumento da produtividade.
-
7. A excelência na Gestão Pública pode ser demonstrada como aquela
- (A) com as principais características de uma administração pública com alto desempenho que visa a melhoria da qualidade dos serviços públicos, é focada em resultados, orientada para o cidadão e envolve liderança, estratégias e planos.
 - (B) em que as organizações governamentais agem como instituições privadas para tentar avaliar as necessidades dos cidadãos com vistas a ampliar o retorno econômico-financeiro.
 - (C) que cria estruturas eficientes, mesmo que, em algumas situações, ignore os valores democráticos.
 - (D) em que a gestão é adaptada da administração privada para o setor público, independentemente do direito do cidadão.
 - (E) com características de uma gestão pública que tem como meta a melhoria da qualidade, sem, no entanto, estar preocupada com as questões que avaliem resultado.
-
8. O Estado de Minas Gerais, por meio do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2011-2030), fez uma opção pelo compromisso com o desenvolvimento, ancorado no binômio ajuste fiscal e melhorias inovadoras na gestão pública. Nesse plano,
- (A) não houve necessidade de choque de gestão, pois as contas estão equilibradas.
 - (B) o modelo implantado do PMDI 2007-2023 não precisou de revisão e o novo PMDI atual é uma simples cópia daquele modelo, que foi um sucesso.
 - (C) a gestão pública é parâmetro importante para ações de Governo, sendo que o pilar Gestão para Cidadania envolve as 4 (quatro) Redes de Desenvolvimento Integrado.
 - (D) existe a necessidade de um bom planejamento, visão estratégica e seletividade para promover mudanças na sociedade e no governo e propiciar o cumprimento do PMDI 2011-2030.
 - (E) o planejamento até 2030 será impossível de ser realizado, dado que o PMDI ainda não foi aprovado em plebiscito pela população.
-
9. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é o principal instrumento regulador das contas públicas do País. Em virtude disso, as organizações públicas apresentam limitações que não são encontradas nas organizações privadas comerciais e industriais. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) a lei não prevê gastos com pessoal, pois são ilimitados.
 - (B) é permitido, no último ano de mandato, o aumento das despesas estabelecidas nos planejamentos orçamentários com contratação de pessoal.
 - (C) aqueles que descumprirem as regras da LRF serão punidos pelo Código Penal e pelas sanções previstas em lei.
 - (D) os objetivos econômicos e financeiros na gestão pública estão previstos no planejamento orçamentário anual, não havendo dessa forma nenhuma possibilidade de alteração no orçamento previsto.
 - (E) a LRF sempre existiu e não trouxe nenhuma mudança institucional ou cultural no trato com o dinheiro público.
-
10. Dentre as diversas atividades de uma organização, uma ação que usa recursos e é gerenciada de forma a possibilitar a transformação de entradas de materiais até a sua saída pode ser considerada
- (A) atividade de obtenção de insumos de entrada.
 - (B) mecanismo de processo.
 - (C) atividade de obtenção de produto final.
 - (D) parâmetro de controle.
 - (E) mecanismo de auditoria de qualidade.



11. A existência de dotação própria de órgão ou repartição, da gestão pública, que apresente agrupamento de serviços, por definição legal específica a existência de
- (A) um centro de responsabilidade.
 - (B) uma unidade administrativa.
 - (C) uma unidade orçamentária.
 - (D) uma rubrica orçamentária.
 - (E) uma operação especial.
-
12. De acordo com a Constituição Federal brasileira, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) trata das questões relativas a
- (A) despesas de capital, desde que mantidas em limites abaixo ou inferiores às despesas de custeio.
 - (B) existência dos limites para a concessão de créditos adicionais.
 - (C) política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento das políticas públicas de saúde e educação.
 - (D) alterações na legislação tributária a serem observadas após a aprovação da Lei Orçamentária do ano subsequente.
 - (E) existência de metas e das prioridades da administração pública federal.
-
13. Um estudo epidemiológico com pacientes de tuberculose
- (A) pode concluir quanto custará o tratamento para uma determinada doença.
 - (B) não permite determinar a frequência dessa infecção.
 - (C) não pode descrever as consequências (sequelas) dessa doença.
 - (D) deve englobar pacientes de tuberculose, mas não indivíduos sadios.
 - (E) não permite descobrir quais os fatores de risco para essa infecção.
-
14. *O Planejamento e Controle das atividades e programas do setor público se diferenciam do setor privado.*
- Esta afirmação
- (A) não é correta porque os princípios de administração e controle são gerais e universais, e se aplicam a qualquer atividade sem necessidade de criar mecanismos específicos.
 - (B) é correta porque o setor público não busca o resultado econômico e, portanto, os conceitos e princípios gerais não se aplicam à redução de gastos.
 - (C) é correta porque as regras de administração de recursos públicos e seus orçamentos têm critérios específicos de planejamento orçamentário e empenho de verbas que são exclusivos e adequados à Administração Pública.
 - (D) é correta porque os programas de governo mudam a cada eleição e, portanto, tudo tem que ser replanejado.
 - (E) é correta porque as formas de contratação de pessoal e de serviços são diferentes e, por isso, o planejamento é diferente.
-
15. Em 2007, o Ministério da Saúde publicou a “Carta dos direitos dos usuários da saúde” para que a população conhecesse seus direitos. O primeiro princípio da referida carta assegura aos cidadãos (usuários) o acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde promovidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), visando a um atendimento mais justo e eficaz. O direito às ações e serviços promovidos pelo SUS prevê
- (A) situações de urgência ou emergência, para as quais o atendimento só será feito em serviços de saúde perto do local de moradia do usuário.
 - (B) o atendimento em serviços públicos, mas não em serviços privados.
 - (C) o acesso aos serviços de saúde, prioritariamente, pelos serviços da Atenção Terciária, como os grandes hospitais, independentemente se está próximo ao local de moradia do usuário.
 - (D) a promoção, proteção e recuperação da saúde.
 - (E) casos de risco de vida ou lesão grave, desde que o usuário providencie a sua remoção para um estabelecimento de saúde com capacidade para recebê-lo.



16. Um usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) chega à uma unidade de atendimento com uma reclamação sobre um medicamento que tomou. Ele argumenta que o remédio não faz mais efeito como antes e está desconfiado de que houve fraude na produção. Nesta situação, este usuário
- (A) não poderá fazer nada para esclarecer sua dúvida, caso o medicamento tenha o selo da indústria farmacêutica produtora com alvará válido para o ano de aquisição do produto.
 - (B) terá que consultar um médico do SUS para confirmar o menor efeito do medicamento e, então, o médico poderá entrar em contato com a Vigilância Sanitária.
 - (C) poderá entrar em contato com a Vigilância Sanitária de seu Município para que se inicie um procedimento de investigação sobre o medicamento.
 - (D) terá que retornar ao farmacêutico que vendeu o medicamento, como única forma de encaminhar sua reclamação à Vigilância Sanitária do Município.
 - (E) deverá verificar o local (Município e Estado) da indústria produtora, pois a Vigilância Sanitária desse local é a única que poderá iniciar uma investigação sobre o medicamento.
-
17. Infecção hospitalar é aquela adquirida após a admissão do paciente na Unidade Hospitalar e que se manifesta durante a internação, ou após a alta, quando puder ser relacionada com a internação ou procedimentos hospitalares. Sobre esse tema, é correto afirmar que
- (A) a Vigilância Sanitária pode verificar se todos os setores do hospital dispõem de lavatórios com água corrente, sabão e ou antisséptico, além de papel toalha, para a lavagem das mãos dos profissionais.
 - (B) o hospital não precisa ter um Programa de Controle de Infecção Hospitalar com médicos ou enfermeiros.
 - (C) apenas as unidades hospitalares de alto risco estão sujeitas às inspeções sanitárias para a avaliação da qualidade das ações de Controle de Infecção Hospitalar.
 - (D) a avaliação deve ser feita somente pelas autoridades sanitárias; e as auditorias internas não servem para verificar o cumprimento da legislação específica que trata do Controle de Infecção Hospitalar.
 - (E) a Vigilância Sanitária deve realizar, periodicamente, uma avaliação da qualidade das ações de controle de infecção hospitalar e verificar a atuação da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).
-
18. De acordo com a legislação,
- (A) a educação permanente dos trabalhadores da saúde pode ser preocupação da direção dos serviços de saúde, mas ainda não está prevista na legislação do Sistema Único de Saúde.
 - (B) o Sistema Único de Saúde considera importante e prevê a atividade de educação permanente para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde.
 - (C) o Sistema Único de Saúde prevê educação em saúde para seus usuários apenas para controle do tabagismo e controle do uso abusivo de bebida alcoólica, mas não para hábitos saudáveis de alimentação.
 - (D) o Sistema Único de Saúde não pode promover articulação com órgãos educacionais, mas apoia os trabalhadores da saúde que se interessarem no seu desenvolvimento profissional.
 - (E) o desenvolvimento de rede de escolas do governo, vinculadas ao Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais e às Municipais de Saúde, não poderá ser feito por ordem da área de Educação.
-
19. De acordo com a Constituição Federal brasileira, é correto afirmar que
- (A) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantidas mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços.
 - (B) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantidos mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução, mas não a prevenção da doença, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços.
 - (C) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada que não tem como uma de suas diretrizes a participação da comunidade.
 - (D) a União, os Estados e os municípios aplicarão verba em serviços públicos de saúde, tanto quanto possível, sem haver um recurso mínimo previsto.
 - (E) os hospitais, as clínicas e os laboratórios e outras instituições privadas não poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: Para responder às questões de números 20 e 21, considere a Norma Regulamentadora nº 15 – NR 15 – Atividades e Operações Insalubres.

20. Considera-se uma radiação não-ionizante, dentre outras,

- (A) o raio X.
- (B) a partícula beta.
- (C) a partícula alfa.
- (D) o laser.
- (E) o raio gama.

21. Os trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagante, em hospitais, caracteriza uma atividade que envolve

- (A) agentes biológicos.
- (B) agentes químicos.
- (C) agentes mecânicos.
- (D) radiações não-ionizantes.
- (E) radiações ionizantes.

Atenção: Para responder às questões de números 22 e 23, considere a Norma Regulamentadora nº 17 – NR 17 – Ergonomia.

22. Sobre o levantamento, transporte e descarga individual de materiais está correto afirmar:

- (A) Trabalhador jovem é aquele com idade maior de dezoito anos e menor de vinte e quatro anos.
- (B) Transporte manual de cargas é aquele cujo levantamento, transporte e deposição da carga é realizado por 1 ou mais trabalhadores.
- (C) Para facilitar o transporte manual de cargas deverão ser usados meios técnicos apropriados.
- (D) Mulheres devem carregar, no máximo, 75% da carga destinada aos homens ou 25% de seu peso próprio corporal, o que for menor.
- (E) O trabalhador designado para transporte contínuo, descontínuo e intermitente de cargas deve receber treinamento exclusivo de, no mínimo, 20 horas.

23. Nas atividades que envolvam leitura de documentos para digitação, datilografia ou mecanografia, a empresa deve

- (A) fornecer suporte adequado para documentos, que possa ser ajustado proporcionando boa postura, visualização e operação, evitando movimentação frequente do pescoço e fadiga visual.
- (B) manter uma cadeira de trabalho com encosto para apoio cervical, com apoio de braços regulável, ajustáveis à leitura de documentos de difícil visualização, como os impressos em papel brilhante ou refletivo.
- (C) fornecer suporte para os pés, que possa ser ajustado, proporcionando postura com pouca torção do tronco e/ou tensão sobre a coluna lombar, favorecendo o giro do pescoço sem causar fadiga visual.
- (D) atender a 90% das funções antropomórficas do trabalhador, mesmo que o mesmo seja portador de necessidades especiais, favorecendo a ele o acesso ao documento e digitação, mesmo que por meios mecânicos.
- (E) apresentar documento de fácil legibilidade, preferindo-se a utilização do papel refletivo ao fosco, por permitir melhor visualização do documento, mesmo sob luz ambiente fraca, sob luz fluorescente amarelada ou sob luz incandescente branca.

24. Estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, como atividade permanente na empresa, é responsabilidade

- (A) exclusiva do empregador e do Sindicato.
- (B) da CIPA e do SESMT.
- (C) dos empregados.
- (D) do empregador e do CREA local.
- (E) do empregador.

25. No âmbito da Norma Regulamentadora nº 6 – NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual, estes

- (A) podem ser fornecidos ao empregado gratuitamente, dependendo da atividade especificada.
- (B) devem ser fornecidos ao empregado gratuitamente.
- (C) podem ter seu custo cobrado do empregado, dependendo da qualidade requisitada.
- (D) devem ter o tipo e qualidade escolhidos pelo empregado, independentemente do uso.
- (E) devem ser descontados do salário do empregado, caso não sejam utilizados pelo mesmo.



26. Segundo a Norma Regulamentadora nº 12 – NR 12 – Máquinas e Equipamentos, as zonas de perigo das máquinas e equipamentos devem possuir sistemas de segurança que garantam proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores, caracterizados por
- (A) descrição técnica do equipamento ao lado da máquina indicando os pontos perigosos.
 - (B) sinalização auditiva em torno do equipamento e marcas visuais com cores vibrantes.
 - (C) aterramento passivo, pintura isolante e botão de emergência.
 - (D) proteções fixas, proteções móveis e dispositivos de segurança interligados.
 - (E) especificação técnica, proteção das partes fixas e cabine abafadora de ruídos.
-

27. De acordo com a Norma Regulamentadora nº 9 – NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, considere:
- I. Bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, são agentes biológicos.
 - II. Diversos fatores físico-químicos, como as radiações ionizantes, radiações não-ionizantes, bem como, o infrassom e o ultrassom, incluem-se nos agentes químicos.
 - III. Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória ou serem absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão, consideram-se agentes físicos.
- Com relação aos agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho, está correto o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
-

28. Sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA considere:
- I. Cabe ao Vice-Presidente acompanhar as reuniões da CIPA e redigir as atas apresentando-as para aprovação e assinatura dos membros presentes.
 - II. Cabe à CIPA a obrigação de controlar a execução do programa instituído pelo SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, aferindo a sua eficácia, relatando os resultados à Delegacia Regional do Trabalho – DRT correspondente.
 - III. Cabe ao Presidente da CIPA coordenar as reuniões da CIPA, encaminhando ao empregador e ao SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, quando houver, as decisões da comissão.
- Está correto o que consta em
- (A) I, II e III.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
-

29. O aparelho utilizado para medir a temperatura e a velocidade do ar de ambientes é o
- (A) psicômetro angular.
 - (B) termocibelimetro.
 - (C) luxômetro dinâmico.
 - (D) termoisopleto.
 - (E) termoanemômetro.
-

30. Segundo a Norma Regulamentadora nº 9 – NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, deverá ser mantido, pelo empregador ou instituição um registro de dados, estruturado de forma a constituir um histórico técnico e administrativo do desenvolvimento do PPRA por um período mínimo, em anos, de
- (A) 20.
 - (B) 5.
 - (C) 10.
 - (D) 15.
 - (E) 2.
-



31. Em uma obra de construção de edifícios, que está sendo realizada em sistema de parceria entre 3 empresas, o quadro de funcionários e o grau de risco das atividades específicas das empresas é conforme o quadro A abaixo.

Quadro A

Identificação do Estabelecimento	Nº Funcionários	Grau de Risco
Condomínio Edifício Santa Marta	32	2
Empresa de Jardinagem Tudo Verde Ltda.	18	1
Construtora Encaixe Engenharia Ltda.	208	3

QUADRO II – NR4: Dimensionamento do SESMT

Grau de Risco	Número de Empregados no Estabelecimento	50 a 100	101 a 250	251 a 500	501 a 1.000	1.001 a 2.000	2.001 a 3.500	3.501 a 5.000	Acima de 5.000 para cada grupo de 4.000 ou fração acima de 2.000
	Técnicos								
1	Técnico Seg. Trabalho				1	1	1	2	1
	Engenheiro Seg. Trabalho						1*	1	1*
	Aux. Enfermagem no Trabalho						1	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1*	1
	Médico do Trabalho					1*	1*	1	1*
2	Técnico Seg. Trabalho				1	1	2	5	1
	Engenheiro Seg. Trabalho					1*	1	1	1*
	Aux. Enfermagem no Trabalho					1	1	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	1
	Médico do Trabalho					1*	1	1	1
3	Técnico Seg. Trabalho		1	2	3	4	6	8	3
	Engenheiro Seg. Trabalho				1*	1	1	2	1
	Aux. Enfermagem no Trabalho					1	2	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	1
	Médico do Trabalho				1*	1	1	2	1
4	Técnico Seg. Trabalho	1	2	3	4	5	8	10	3
	Engenheiro Seg. Trabalho		1*	1*	1	1	2	3	1
	Aux. Enfermagem no Trabalho				1	1	2	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	1
	Médico do Trabalho		1*	1*	1	1	2	3	1
(*) Tempo parcial (mínimo de 3 horas) (*) O Dimensionamento total deverá ser feito levando-se em consideração o dimensionamento da faixa de 3.501 a 5.000 mais o dimensionamento do(s) grupo(s) de 4.000 ou fração de 2.000.						OBS.: Hospitais, Ambulatórios, Maternidades, Casas de Saúde e Repouso, Clínicas e estabelecimentos similares com mais de 500 (quinhentos) empregados deverão contratar um Enfermeiro do Trabalho em tempo integral.			

Tendo em vista as informações fornecidas e o quadro II da Norma Regulamentadora nº 4 – NR 4 – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, o SESMT do empreendimento referenciado deve ser composto, obrigatoriamente, por

- (A) 1 técnico de segurança do trabalho.
 (B) 2 técnicos de segurança do trabalho.
 (C) 3 técnicos de segurança do trabalho.
 (D) 3 técnicos de segurança do trabalho e 1 auxiliar de enfermagem do trabalho.
 (E) 1 técnico de segurança do trabalho, 1 médico de segurança do trabalho e 1 engenheiro de segurança do trabalho.

32. Em uma avaliação feita por um técnico de segurança em uma edificação, que abriga a planta funcional de uma estamperia, foi observada a presença de piso cerâmico liso, de baixo atrito, nos corredores e rampas. Baseado na Norma Regulamentadora nº 8 – NR 8 – Edificações, a anotação de correção feita pelo técnico de segurança do trabalho, refere-se

- (A) à proteção contra intempéries.
 (B) ao processo produtivo.
 (C) à logística.
 (D) à circulação.
 (E) ao leiaute.



33. A Norma Regulamentadora nº 2 – NR 2 – Inspeção Prévia, ao determinar que “a empresa deverá comunicar e solicitar a aprovação do órgão regional do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, quando ocorrer modificações substanciais nas instalações e/ou nos equipamentos de seu estabelecimento”, considera que deva ser aplicado
- (A) caso um fabricante ou, na importação, o fornecedor no mercado nacional, deixe de disponibilizar a ficha com dados de segurança de algum produto químico classificados como perigoso e que venha a fazer parte do processo produtivo da empresa.
 - (B) quando novas matérias-primas gerarem aumento do risco de fogo, fazendo surgir outros pontos de foco de incêndio, exigindo novos extintores, hidrantes ou rede de *sprinklers*, alterando as prováveis saídas de emergência.
 - (C) se a empresa passar a utilizar água proveniente de poço artesiano, para que sejam atendidos os critérios de potabilidade para a água fornecida aos trabalhadores para ingestão, assim como, no preparo de alimentos e higiene corporal.
 - (D) sempre que novos riscos passem a existir no meio ambiente de trabalho, decorrentes do uso de novos tipos de equipamentos e/ou de processos produtivos e/ou de matérias-primas e/ou substâncias usadas no processo produtivo.
 - (E) sempre que a empresa adotar os serviços de trabalhadores envolvidos em atividades de coleta, manipulação, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição de resíduos.

34. Considerando o Adicional de Periculosidade tratado na Norma Regulamentadora nº 16 – NR 16 – Atividades e Operações Perigosas, é correto afirmar:
- (A) O adicional de periculosidade só é pago plenamente para trabalhadores que interajam com explosivos que produzam alto calor com baixa pressão, enquanto que para explosivos de baixo calor e alta pressão o adicional é pago proporcionalmente.
 - (B) Constitui-se um caso onde é devido o pagamento de adicional de periculosidade quando o trabalhador estiver sob risco na proximidade de um líquido inflamável que possua ponto de fulgor inferior a 30 °C.
 - (C) O exercício de trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a recepção de 30% sobre o salário, sem acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
 - (D) As ações observadas a partir da utilização de agentes exteriores, como calor, umidade, faíscas, fogo, fenômenos sísmicos, choque e atritos são consideradas como degradação autocatalítica.
 - (E) Segundo o estabelecido pelos critérios atuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o pagamento de adicional de periculosidade caracteriza as condições e estabelece os parâmetros para que o trabalhador tenha direito à aposentadoria especial.

35. Na emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, considere:
- I. Emissão obrigatória da CAT relativa ao acidente ou doença profissional ou do trabalho ocorrido com o aposentado por tempo de serviço ou idade, que permaneça ou retorne à atividade após a aposentadoria, embora não tenha direito a benefícios pelo INSS em razão do acidente, salvo a reabilitação profissional.
 - II. O óbito decorrente de acidente por doença ocupacional, ocorrido após a emissão da CAT inicial ou da CAT reabertura, será comunicado ao INSS através de Comunicado de Aviso de Óbito emitido pela empresa, onde deve constar a data do acidente inicial e a causa *mortis*, e juntar a cópia do laudo de necropsia emitido pelo SESMT.
 - III. No caso de acidente do trabalho, deverá ser informada a parte exterior do corpo lesionada, diretamente atingida pelo agente causador ou, no caso de doença do trabalho, relatar o acompanhamento da evolução da doença no órgão ou membro afetado.

Está correto o que consta em

- (A) II, apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
36. Tendo em vista a concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social, conforme determina o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, em que pese o cumprimento de prazos, o limite de carência para fazer jus ao benefício deve ser de
- (A) duas contribuições mensais, no caso de salário-maternidade, quando ocorrer parto antecipado onde, o cálculo do benefício se dará pela metade do número de contribuições mensais em relação ao parto em período normal.
 - (B) cento e vinte contribuições mensais, nos casos de aposentadoria por idade, tempo de contribuição e especial.
 - (C) nove contribuições mensais, no caso de salário-maternidade, para as seguradas contribuintes individual, especial ou facultativa.
 - (D) vinte e quatro contribuições mensais em caso de pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente de qualquer natureza.
 - (E) doze contribuições mensais, nos casos de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.



37. No âmbito da Norma Regulamentadora nº 23 – NR 23 – Proteção Contra Incêndios, na caracterização das saídas e portas constituintes das rotas de fugas,
- (A) o sentido obrigatório de abertura das portas em uma rota de fuga em edificações e galpões deverá ser para o interior do local de trabalho.
 - (B) a largura mínima de todas as aberturas de saída constantes da edificação ou ambiente de acesso público deverá ser de, no mínimo, 1,00 m.
 - (C) os locais de trabalho deverão dispor de saídas, em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança, em caso de emergência.
 - (D) as vias de passagem de emergência devem contar com avisos distantes, no máximo, a cada 50 m de distância umas das outras, demarcadas em rodapé, piso, parede e teto.
 - (E) as saídas e as vias de circulação com comprimento maior de 50 m e diferença de nível devem dispor de escadas e degraus sinalizados com passagens iluminadas com luz de emergência.

38. Sobre o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, considere:

- I. No formulário do perfil do trabalhador, entre outras informações, deve constar, obrigatoriamente, o nome do trabalhador, a sua condição de BR – Beneficiário Reabilitado ou PDH – Portador de Deficiência Habilitado, se está sob regime de revezamento, sua função, CBO – Classificação Brasileira de Ocupação e o código GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS.
- II. O formulário do perfil deve conter a descrição das atividades realizadas pelo trabalhador, registrando o número do laudo de saúde ocupacional, o nome do médico responsável, seu registro profissional e o código COFIP – Código Operacional Fiscal da previdência da atividade.
- III. De maneira geral, o preenchimento do perfil fornece dados sobre a efetiva exposição dos empregados a agentes nocivos, sobre os ambientes a que o trabalhador é exposto e para o controle de sua saúde ocupacional.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

39. Segundo a Norma Regulamentadora nº 26 – NR 26 – Sinalização de Segurança, o uso de cores na sinalização de segurança

- (A) deve ser o mais reduzido possível, a fim de não ocasionar distração, confusão e fadiga ao trabalhador.
- (B) deve dispensar o emprego de formas adicionais de aviso, a fim de impedir a confusão de informações ao trabalhador.
- (C) deve ser aplicado, unicamente, na identificação dos equipamentos de segurança e das tubulações para condução de líquidos e gases.
- (D) aplica-se, especificamente, para a classificação da composição dos produtos químicos aplicáveis na indústria de transformação.
- (E) aplica-se na identificação exclusiva dos produtos perigosos quando no transporte por rodovias, ferrovias e hidrovias.

40. Medida de proteção coletiva prevista na Norma Regulamentadora nº 10 – NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em eletricidade, está caracterizada por

- (A) adoção de Equipamentos de Proteção Individual – EPI que combatam o arco voltáico.
- (B) emprego de tensão de segurança.
- (C) uso de vestimentas de trabalho e adornos que contemplem a condutibilidade e inflamabilidade.
- (D) presença de circuitos de controle distintos, tais como, sinalização e controle de tração.
- (E) emprego de dispositivos e ferramentas que possuam aterramento magnético.



PROVA DISSERTATIVA

QUESTÃO 1

Um Técnico de Segurança foi designado para auxiliar na operacionalização da CIPA em uma Unidade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. Neste sentido, propôs que as reuniões ordinárias fossem realizadas a cada 45 dias, em um restaurante de prestígio do bairro, sempre aos finais de semana, quando os participantes não estariam em atividade laboral, sendo essas reuniões gravadas e mantidas em arquivo por um período de 10 meses, com acesso restrito ao presidente e vice-presidente da CIPA.

Interprete as condições estabelecidas para as reuniões ordinárias da CIPA, nesta Unidade da Fundação, em face do critério de funcionamento estabelecido pela NR 5 – CIPA.

RASCUNHO

Redação Definitiva

NOTA



NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA

**QUESTÃO 2**

Durante a reforma de uma ala do hospital foi necessário a execução de instalações elétricas provisórias de baixa e de média tensão para fornecimento de energia durante as obras. As instalações antigas precisam ser ligadas e desligadas durante a reforma para minimizar os impactos nas rotinas hospitalares.

Quais as medidas de proteção individual que devem ser adotadas pelo trabalhador na operação de desligar, religar e desviar circuitos elétricos?

Redação Definitiva

NOTA



NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



QUESTÃO 3

Para reforma do hospital, o canteiro passou a contar com duas guias de diferentes alturas e comprimentos de braço, torres de andaimes montadas por fora de estruturas de concreto armado, um silo metálico de armazenamento de água e um guincho de transporte vertical de cargas. Todas as estruturas contam com alturas acima de 20 m, dispersas em diferentes áreas do canteiro. A obra está sendo executada em período de chuvas intensas, sujeitas a descargas atmosféricas. Para as atividades de construção e reforma estão sendo utilizados diversos equipamentos elétricos de pequeno e médio porte como: betoneiras, serras elétricas de mesa, furadeiras, rompedores etc.

a. Quais equipamentos devem ter seu sistema de aterramento garantido?

Redação Definitiva

NOTA



NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA